

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 57.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2026 e 2025.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. (Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). As demonstrações contábeis se referem à instituição individual.

Neste 1º semestre de 2026, as operações do Banco se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o 1º semestre de 2026 em R\$ 315.729 mil, os recursos captados em R\$ 539.529 mil, o patrimônio líquido em R\$ 230.870 mil e o lucro líquido em R\$ 18.534. O Banco manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 45,95% e índice de liquidez corrente de 4,57.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No 1º semestre de 2026 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A. ("Banco")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2026, a qual apresenta as transações e operações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outro modo, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais)

A T I V O	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE	664.964	621.785
Disponibilidades (nota 3)	415	121
Ativos financeiros ao custo amortizado	664.418	616.195
. Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 4)	429.202	439.479
. Operações de crédito (nota 5)	233.899	175.752
. Operações com característica de concessão de crédito (nota 6)	1.317	964
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.148)	(7.852)
. (-) Operações de crédito (nota 7)	(9.112)	(7.839)
. (-) Operações com característica de concessão de crédito (nota 7)	(36)	(13)
Ativos fiscais correntes (nota 8)	1.987	3.657
Outros valores e bens (nota 10)	-	866
Outros ativos (nota 11)	7.292	8.798
ATIVO NÃO CIRCULANTE	134.823	148.214
Realizável a longo prazo	134.547	147.235
Ativos financeiros ao custo amortizado	96.830	112.923
. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 4)	2.509	2.347
. Operações de crédito (nota 5)	94.321	110.576
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.379)	(4.027)
. (-) Operações de crédito (nota 7)	(3.379)	(4.027)
Ativos fiscais diferidos (nota 9)	3.949	2.865
Outros valores e bens (nota 10)	24.678	25.034
Outros ativos (nota 11)	12.469	10.440
Imobilizado de uso	1.002	2.182
Intangível	191	171
(-) Depreciações e amortizações	(917)	(1.374)
TOTAL DO ATIVO	799.787	769.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais)

P A S S I V O	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
PASSIVO CIRCULANTE	145.428	140.296
Passivos financeiros ao custo amortizado	122.063	127.652
. Depósitos (nota 12)	112.556	116.002
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 13)	3.484	5.761
. Obrigações por repasses (nota 14)	6.023	5.889
Provisões (nota 15)	3.966	3.579
Obrigações fiscais correntes (nota 16)	10.816	8.889
Outros passivos (nota 17)	8.583	176
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	423.489	406.687
Passivos financeiros ao custo amortizado	423.489	406.687
. Depósitos (nota 12)	423.489	405.787
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 13)	-	900
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 20)	230.870	223.016
. Capital social	215.000	215.000
. Reservas de lucros	8.943	8.016
. Lucros acumulados	6.927	
TOTAL DO PASSIVO	799.787	769.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2026	2025
Receitas da intermediação financeira	73.087	61.965
. Operações de crédito (nota 5d)	44.432	41.879
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4a)	28.655	20.086
Despesas da intermediação financeira	(37.485)	(31.001)
. Operações de captação no mercado	(36.829)	(28.884)
. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 7)	(625)	(1.926)
. Provisão para perdas em operações com característica de crédito (nota 7)	(23)	(173)
. Provisão para perdas em operações garantias financeiras prestadas (nota 7)	(8)	(18)
Resultado bruto da intermediação financeira	35.602	30.964
Outras receitas/despesas operacionais	(11.779)	(13.598)
. Receitas de prestação de serviços	217	120
. Despesas de pessoal (nota 21)	(7.092)	(7.534)
. Outras despesas administrativas (nota 22)	(3.272)	(4.058)
. Despesas tributárias	(1.912)	(1.878)
. Outras receitas operacionais	478	47
. Outras despesas operacionais	(198)	(295)
Resultado operacional	23.823	17.366
Resultado não operacional (nota 23)	1.411	925
Resultado antes da tributação sobre o lucro	25.234	18.291
Imposto de renda e contribuição social	(6.700)	(3.680)
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 18)	(7.782)	(4.656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	1.082	976
Lucro líquido do semestre	18.534	14.611
Lucro líquido do semestre por lote de mil ações (em reais)	47,95	37,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	18.534	14.611
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do lucro abrangente do semestre/exercício	<u>18.534</u>	<u>14.611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial de Lucros		
1o. SEMESTRE DE 2026					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	215.000	8.001	15	-	223.016
Lucro líquido do semestre	-	-	-	18.534	18.534
Destinações:					
Reserva legal	-	927	-	(927)	-
Dividendos (R\$ 1,24/lote de mil ações) (nota 20c)	-	-	-	(480)	(480)
Juros sobre capital próprio (nota 20c)	-	-	-	(10.200)	(10.200)
Saldos em 30 de junho de 2026	215.000	8.928	15	6.927	230.870
Mutações do 1o. semestre de 2026	-	927	-	6.927	7.854

	Capital realizado	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial de Lucros		
1o. SEMESTRE DE 2025					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	215.000	6.596	74.357	-	295.953
Ajuste adoção inicial - Res.4.966/21 CMN (nota 25)	-	-	-	(873)	(873)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	215.000	6.596	74.357	(873)	295.080
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.611	14.611
Destinações:					
Reserva legal	-	730	-	(730)	-
Dividendos (R\$ 17,08/lote de mil ações) (nota 20c)	-	-	(74.357)	(6.123)	(80.480)
Juros sobre capital próprio (nota 20c)	-	-	-	(10.070)	(10.070)
Saldos em 30 de junho de 2025	215.000	7.326	-	(3.185)	219.141
Mutações do 1o. semestre de 2025	-	730	(74.357)	(3.185)	(76.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho
 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do semestre	18.534	14.611
Depreciações e amortizações (nota 22)	76	138
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 7)	656	3.686
Ajuste de adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 (nota 25)	-	(873)
Lucro na venda de bens do ativo imobilizado	(153)	-
Lucro líquido ajustado do semestre	19.113	17.562
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(162)	(135)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(41.892)	142.805
(Aumento) em operações com característica de concessão de crédito	(353)	(2.265)
Redução em ativos fiscais correntes	1.670	2.433
(Aumento) em ativos fiscais diferidos	(1.084)	(1.689)
Redução em outros valores e bens	1.222	1.772
(Aumento) em outros ativos	(524)	(1.911)
Aumento em depósitos	15.072	86.660
(Redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	(3.177)	(20.923)
Aumento em obrigações por repasses	134	13
Aumento em provisões	387	377
Aumento/(redução) em obrigações fiscais correntes	1.927	(7.943)
Aumento/(redução) em outros passivos	8.399	(24)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(18.381)	199.170
Aquisição de imobilizado de uso	(15)	(46)
Aquisição de intangível	(20)	(17)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(35)	(63)
Dividendos pagos (nota 20c)	(480)	(80.480)
Juros sobre o capital próprio (nota 20c)	(10.200)	(10.070)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(10.680)	(90.550)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(9.983)	126.119
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	439.600	259.105
No fim do semestre (nota 3)	429.617	385.224
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(9.983)	126.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio Bacen e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a instituição adotou a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e optou por utilizar a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme previsto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e alterações posteriores, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, evidenciados na nota 25.

As atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, estabeleceu conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 e instituiu a partir de 1º de janeiro de 2025, um novo conceito para apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A Lei nº 14.467/22, entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025 e dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os efeitos decorrentes da sua aplicação estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pela Administração em 31 de agosto de 2026.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Disponibilidades – caixa e equivalente de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com liquidez imediata.

2.2.3. Instrumentos financeiros

Classificação de instrumentos financeiros: Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pelo Banco, levando em consideração as características dos fluxos de caixa contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros”. Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados em três categorias:

- i. Custo amortizado (CA): ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ), nele incluídas as operações de crédito e para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origemação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método de taxa de juros diferenciada;
- ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério (SPPJ). Atualmente a instituição não possui operações nesta categoria; e
- iii. Valor justo no resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Teste de somente pagamento de principal e juros (SPPJ): Na aplicação do teste SPPJ foram observados se os fluxos de caixa contratuais consistiram somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais que influenciavam nesses fluxos de caixa. Após a aplicação do teste SPPJ, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito atendem ao critério SPPJ, justificando sua classificação como custo amortizado.

Taxa de juros efetiva (TJE): a taxa de juros efetiva (TJE) será calculada com base no método de juros efetivo, para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, estão considerados os custos de transação e eventuais valores recebidos na origemação ou aquisição dos ativos e optou-se pela metodologia diferenciada, apropriando receitas e despesas de forma linear ao longo do prazo contratual.

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito: O Banco adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, as perdas estão estimadas com bases nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/23.

Ativos problemáticos: estão considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado,

observados os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 relativos ao atraso no pagamento das operações.

Baixa de instrumentos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Os passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Hierarquia do valor justo: é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem a necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável, incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros no período.

2.2.4. Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.5. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. Os valores são registrados inicialmente a valor contábil e ajustados a valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. O valor de mercado é determinado por meio de laudo de avaliação imobiliária ou estimativa de valor de mercado.

2.2.6. Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.7. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25.

- a. Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.8. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.10. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**Corrente**

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Contribuição Social 20%.

Diferido

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas mesmas alíquotas dos tributos correntes, tomando por base as diferenças temporárias dedutíveis, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “ativos fiscais diferidos” com reflexo no resultado do período, sendo mensurados considerando os efeitos tributários esperados no momento de sua realização ou reversão. Ativos e passivos diferidos são registrados com base nas expectativas de utilização pela sua realização, sendo revisado periodicamente estas condições.

2.2.11. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 50% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

2.2.14. Resultados não recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco não possui resultado não recorrente nos semestres apresentados.

3. Disponibilidades - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	415	121
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	<u>429.202</u>	<u>439.479</u>
Total	<u>429.617</u>	<u>439.600</u>

4. Ativos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	260.663	201.425
- Notas do Tesouro Nacional	117.549	187.002
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	<u>50.990</u>	<u>51.052</u>
Total	<u>429.202</u>	<u>439.479</u>

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos correspondem a aplicação em títulos de renda fixa, classificados na categoria “custo amortizado”, e está composto como segue:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		
- Letras Financeiras do Tesouro	<u>2.509</u>	<u>2.347</u>
Total	<u>2.509</u>	<u>2.347</u>

a) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Operações compromissadas	25.078	16.748
Depósitos interfinanceiros	3.414	3.203
Rendas de títulos de renda fixa	<u>163</u>	<u>135</u>
Total	<u>28.655</u>	<u>20.086</u>

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito

30/06/2026				
Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos	220.136	4.953	83.477	1.807
C1	133.657	3.311	66.719	1.496
C2	361	5	1.377	19
C3	83.667	1.590	7.382	140
C5	2.451	47	7.999	152
Ativos problemáticos	13.763	4.159	10.844	1.572
C1	13.747	4.145	10.844	1.572
C3	16	14	-	-
Total	233.899	9.112	94.321	3.379

31/12/2025				
Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos	149.449	2.407	102.167	1.498
C1	99.968	1.466	87.140	1.220
C2	182	3	1.558	22
C3	49.165	935	13.468	256
C5	134	3	1	-
Ativos problemáticos	26.303	5.432	8.409	2.529
C1	26.287	5.422	8.409	2.529
C3	16	10	-	-
Total	175.752	7.839	110.576	4.027

b) Faixa de vencimento

30/06/2026

	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C5	Total
Ativos não problemáticos	200.376	1.737	91.050	10.451	303.614
A vencer					
De 1 a 180 dias	76.436	180	27.286	41	103.943
De 181 a 365 dias	38.072	180	56.381	2.411	97.044
Acima de 365 dias	66.719	1.377	7.383	7.999	83.478
Vencidas					
De 1 a 30 dias	17.401	-	-	-	17.401
De 31 a 90 dias	1.748	-	-	-	1.748
Ativos problemáticos	24.590	-	-	-	24.606
A vencer					
De 1 a 180 dias	1.481	-	-	-	1.481
De 181 a 365 dias	3.321	-	-	-	3.321
Acima de 365 dias	10.844	-	-	-	10.844
Vencidas					
De 1 a 30 dias	266	-	-	-	266
De 31 a 90 dias	1.140	-	-	-	1.140
De 91 a 180 dias	707	-	-	-	707
Acima de 365 dias	6.831	-	16	-	6.847
Total	224.966	1.737	91.050	10.451	328.220

31/12/2025

	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C5	Total
Ativos não problemáticos	187.108	1.740	62.633	135	251.616
A vencer					
De 1 a 180 dias	70.799	2	33.939	85	104.825
De 181 a 365 dias	28.803	180	15.226	49	44.258
Acima de 365 dias	87.140	1.558	13.468	1	102.167
Vencidas					
De 1 a 180 dias	366	-	-	-	366
Ativos problemáticos	34.696	-	16	-	34.712
A vencer					
De 1 a 180 dias	1.542	-	-	-	1.542
De 181 a 365 dias	1.552	-	-	-	1.552
Acima de 365 dias	8.409	-	-	-	8.409
Vencidas					
De 1 a 30 dias	22.357	-	-	-	22.357
De 31 a 90 dias	836	-	-	-	836
De 91 a 180 dias	-	-	16	-	16
Total	221.804	1.740	62.649	135	286.328

c) Atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Setor privado		
Indústria	2.087	3.936
Comércio	15.388	14.824
Serviços	304.306	261.784
Pessoas físicas	6.439	5.784
Total	328.220	286.328

d) Rendas de operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Empréstimos	44.432	41.879
Total	44.432	41.879

6. Operações com características de concessão de crédito

a) Composição

30/06/2026				
Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos				
C1	1.317	36	-	-
Total	1.317	36	-	-

31/12/2025				
Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos				
C1	964	13	-	-
Total	964	13	-	-

b) Faixa de vencimento

30/06/2026		
	Carteira C1	Total
Ativos não problemáticos		
A vencer		
De 1 a 180 dias	453	453
Vencidas		
De 31 a 60 dias	864	864
Total	1.317	1.317

		31/12/2025
	Carteira C1	Total
Ativos não problemáticos		
A vencer		
De 1 a 180 dias	526	526
De 181 a 365 dias	438	438
Total	964	964

c) Atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Setor privado		
Pessoas físicas	864	-
Serviços	453	964
Total	1.317	964

7. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Operações de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício	11.866	5.890
Adoção inicial - Res. 4.966 CMN e Res. 352 BCB	-	1.587
Provisão/(reversão) de provisão para perdas	625	4.389
Saldo no final do semestre/exercício	12.491	11.866

Operações com característica de concessão de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício	13	-
Provisão/(reversão) de provisão para perdas	23	13
Saldo no final do semestre/exercício	36	13

Garantias financeiras prestadas

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício	15	2
Provisão/(reversão) de provisão para perdas	8	13
Saldo no final do semestre/exercício	23	15

Resultado com perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	625	4.389
Operações com característica de concessão de crédito	23	14
Garantias financeiras prestadas	8	13
Total	656	4.416

8. Ativos fiscais correntes

Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
IRPJ - Estimativa mensal	1.237	2.277
CSLL - Estimativa mensal	749	1.379
Outros impostos e contribuições a compensar	1	1
Total	<u>1.987</u>	<u>3.657</u>

9. Ativos fiscais diferidos

Referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e serão realizados à medida que se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 52% no primeiro ano, 13% no segundo ano, 12% no terceiro ano, 13% no quarto ano e 10% no quinto ano. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 3.011. A natureza e base dos ativos fiscais diferidos são a seguir demonstradas:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.868	5.523
Provisão para operações com característica de concessão de crédito	36	13
Provisão sobre garantias prestadas	23	15
Créditos baixados para prejuízo	-	-
Provisão de processo cível	4	4
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	844	812
Total das diferenças temporárias	<u>8.775</u>	<u>6.367</u>
Imposto de renda - alíquota de 25%	2.194	1.592
Contribuição social - alíquota de 20%	1.755	1.273
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>3.949</u>	<u>2.865</u>

10. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 24.000 (R\$ 25.222 em 31/12/2025) e outros bens no montante de R\$ 678 (R\$ 678 em 31/12/2025), não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento. Anualmente o Banco avalia se há evidências ou novos fatos que indiquem redução significativa no valor dos imóveis, tendo como critério o estado geral de conservação e como elementos de comparação os preços do metro quadrado praticados no mercado imobiliário da região onde se encontram os imóveis. Com base nas informações analisadas, os imóveis registrados em bens não de uso próprio, não possuem valor contábil inferior ao seu valor de mercado.

11. Outros Ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber (a)	630	673
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos (b)	3.003	-
Adiantamentos salariais	383	45
Devedores por depósitos em garantia (c)	2.106	2.958
Devedores diversos (d)	13.639	15.562
Total	19.761	19.238
Ativo circulante	7.292	8.798
Ativo não circulante	12.469	10.440

(a) Referem-se a valores a receber do programa minha casa minha vida.

(b) Adiantamentos efetuados ao Fundo Garantidor de Créditos.

(c) Corresponde a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.

(d) Referem-se a valores a receber relativo à venda de bens não de uso próprio, taxa de ocupação de imóvel, cessão de direitos creditórios e precatório da prefeitura municipal de Osasco.

12. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Pessoa jurídica	4.882	5.678	202.851	186.736
Pessoa física	1.383	70	307.798	311.631
Instituições financeiras	-	-	19.131	17.674
Total	6.265	5.748	529.780	516.041
Passivo circulante	6.265	5.748	106.291	110.254
Passivo não circulante	-	-	423.489	405.787

13. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	30/06/2026	31/12/2025
Pessoa física	3.484	6.661
Total	3.484	6.661
Passivo circulante	3.484	5.761
Passivo não circulante	-	900

14. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 6.023 (R\$ 5.889 em 31/12/2025, referem-se a recursos do Programa Minha Casa Minha Vida a serem repassados.

15. Provisões

O saldo de "Provisões" no montante de R\$ 3.966 (R\$ 3.579 em 31/12/2025), refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 1.407 (R\$ 1.070 em 31/12/2025), provisões para contingências R\$ 2.528 (R\$ 2.484 em 31/12/2025) e garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 31 (R\$ 25 em 31/12/2025).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida.

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	valor		qtde		valor		qtde	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	159	148	2	3	11.604	11.786	23	25
Processos fiscais	10	-	2	-	2.234	2.005	3	2
Total	169	148	4	3	13.838	13.791	26	27

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	30/06/2025	Adição	Baixa	31/12/2025	Adição	Baixa	30/06/2026
Cível	3	1	-	4	-	-	4
Trabalhista	24	1	-	25	-	25	-
Tributária	2.382	73	-	2.455	69	-	2.524
Total	2.409	75	-	2.484	69	25	2.528

16. Obrigações fiscais correntes

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14	410
Provisão de IRPJ e CSLL (nota 18)	7.782	6.355
Impostos e contribuições a recolher	3.020	2.124
Total	<u>10.816</u>	<u>8.889</u>

17. Outros passivos

O saldo de “Outros passivos” no montante de R\$ 8.583 (R\$ 176 em 31/12/2025, refere-se a juros sobre capital próprio a pagar no valor de R\$ 8.415, valores a pagar a ligadas no valor de R\$ 112 (R\$ 112 em 31/12/2025) e credores diversos no valor de R\$ 56 (R\$ 64 em 31/12/2025).

18. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social		
Resultado do período antes da tributação sobre o lucro	25.234	18.291
Juros sobre o capital próprio	(10.200)	(10.070)
Adições	5.749	2.168
Exclusões	(3.342)	-
Valor do lucro real	<u>17.441</u>	<u>10.389</u>
Imposto de Renda a alíquota de 15%	(2.616)	(1.558)
Adicional de Imposto de Renda a alíquota de 10%	(1.732)	(1.027)
Outras deduções	54	7
Contribuição Social - alíquota de 20%	(3.488)	(2.078)
Ativos fiscais diferidos	1.082	976
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(6.700)</u>	<u>(3.680)</u>

19. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Operações de crédito		Receita de operações de crédito	
	Empréstimos		Semestres findos em	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Tricury Armazens Ltda	-	9.401	-	697
Omega Administração e Participações Ltda	10.410	3.012	410	697
Total	10.410	12.413	410	1.394

	Passivo				Despesas de captação	
	Relações Interdependências		Depósitos a prazo		Semestres findos em	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Omega Administração e Participações Ltda	13	13	2.941	8.486	418	384
JSGJ Participações Ltda	15	12	1.678	270	59	86
Tricury Armazens Ltda	11	9	3.517	6.601	256	510
Tricury Participações Ltda	4	10	-	-	-	-
Miura Empreendimentos Imobiliários Ltda	5	1	562	10	7	2
JJ André de Almeida Empreend. Imobiliários Ltda	1	1	114	110	7	7
RP Log Administração e Participações Ltda	2	-	308	53	28	106
Omega FIDC NP Responsabilidade Ltda	-	-	3.445	4.053	167	-
Omega FI Financeiro Multim. Cred. Privado Resp. Lta	-	-	20	49	2	-
SB Log SPE Ltda	15	12	-	-	-	-
Jurubatuba Empreendimentos Imobiliários Ltda	6	6	-	-	-	-
Trisul Participações S/A	-	-	81.275	127.857	8703	6.786
Total	72	64	93.860	147.489	9.647	7.881

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no semestre findo em 30 de junho de 2026 ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 504 (R\$ 477 em 30/06/2025).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 215.000, representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido de cada semestre social até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reserva especial de lucros, conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco realizou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório constante no estatuto social, que totalizaram R\$ 10.680 (R\$ 90.550 em 2025), abrangendo os dividendos e os juros sobre capital próprio.

21. Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	3.935	4.455
Encargos sociais	1.424	1.438
Benefícios	994	957
Outros	739	684
Total	7.092	7.534

22. Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Aluguéis e condomínio	918	929
Processamento de dados	664	545
Serviços do sistema financeiro	299	256
Serviços técnicos especializados	587	1.625
Amortizações	9	6
Depreciações	67	132
Outras	728	565
Total	3.272	4.058

23. Resultado não operacional

Refere-se ao resultado obtido com alienação dos bens não de uso no montante de R\$ 1.031 (R\$ 552 em 30/06/2025), registrados em Outros Valores e Bens, outras rendas operacionais no montante de R\$ 227 (R\$ 171 em 30/06/2025), venda de bem do ativo imobilizado no montante de R\$ 153 (R\$ 0 em 30/06/2025) e taxa de ocupação de imóvel R\$ 0 (R\$ 202 em 30/06/2025)..

24. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O nível adequado de capital regulamentar é demonstrado com base na apuração do Índice de Basileia, através de metodologias definidas conforme Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21. O índice de Basileia do Banco corresponde a 45,95%, em 30/06/2026.

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

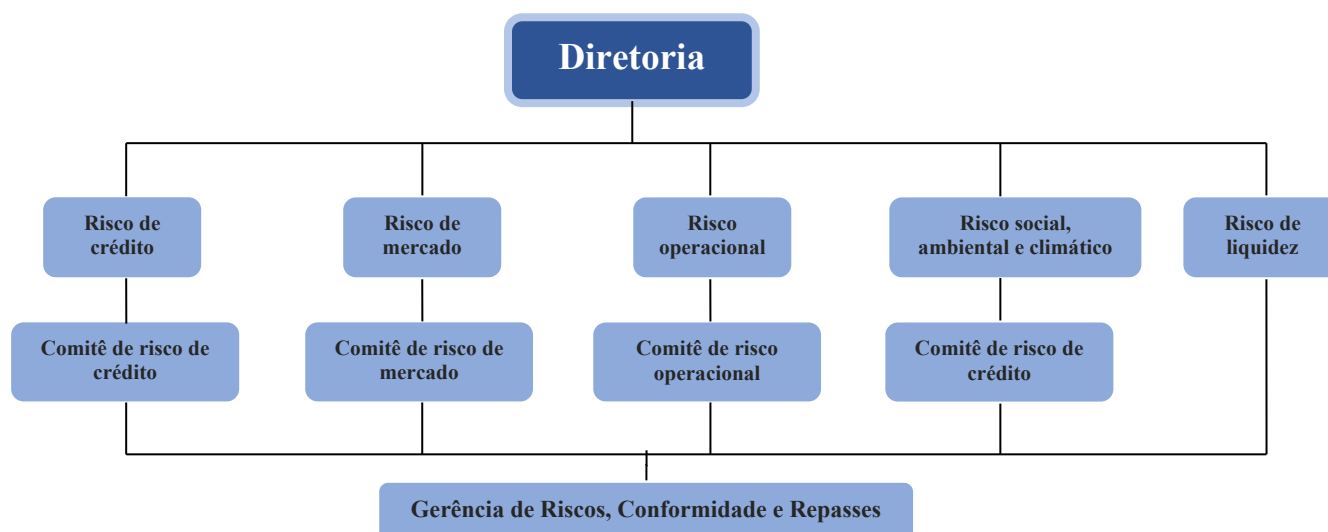
Risco Social, Ambiental e Climático: Possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais e a eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco social ambiental é contemplado em nossas políticas, porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

- a) Risco de liquidez e inadimplência;
- b) Risco de concentração.

Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

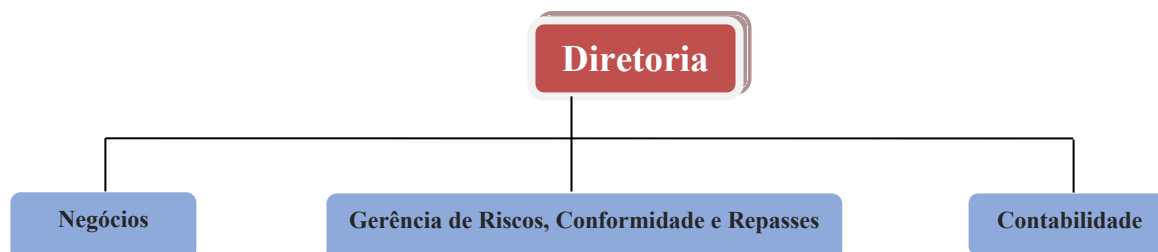
$$\text{PRE} = \text{RWA}_{\text{CPAD}} + \text{RWA}_{\text{MPAD}} + \text{RWA}_{\text{OPAD}}$$

Risco de
crédito

Risco de
mercado

Risco
operacional

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

Durante o primeiro semestre de 2026 o Capital apurado foi suficiente para a manutenção dos níveis de risco assumidos pela Instituição.

Caso o Capital se aproxime de níveis considerados insuficientes, nosso Plano de Capital prevê providências de contingenciamento.

c) Análise de sensibilidade

As análises são realizadas através de choques nas medidas de sensibilidade, em que demonstra o impacto no valor de mercado de ativos submetidos a variação das taxas indexadas, quando da exposição do risco de mercado.

Cenário I: Choque de 1,5 p.p

Cenário II: Choque de 2,0 p.p

Cenário III: Choque de 2,5 p.p

30/06/2026

	Valor	Cenário I	Resultados Cenário II	Cenário III
Títulos e Valores Mobiliários	2.509	(12)	(16)	(20)

31/12/2025

	Valor	Cenário I	Resultados Cenário II	Cenário III
Títulos e Valores Mobiliários	2.347	(13)	(17)	(22)

25. Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21

Os impactos da implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/21 sobre o resultado e a posição financeira da instituição é a seguir demonstrados:

Patrimônio líquido em 31/12/2024	295.953
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.587)
Efeitos tributários	714
Patrimônio líquido em 01/01/2025	295.080

Não houve novo efeito desta adoção no semestre findo em 30/06/2025.

26. Eventos subsequentes

Em 2023 foi aprovada a Reforma Tributária, que prevê a substituição de tributos sobre consumo por um Imposto sobre Valor Agregado dual (CBS e IBS), que traz alterações nas regras de tributação da renda, e a Lei Complementar nº 224 de 26/12/2025, que altera as alíquotas de IRPJ e CSLL aplicáveis às instituições financeiras. A implementação ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2033, conforme legislação vigente.

O Banco acompanha os desdobramentos regulatórios e normativos da Reforma Tributária, avaliando seus impactos sobre operações financeiras, processos de conformidade e demonstrações contábeis"

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

Carlos Eduardo Giugni
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0